

## EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA NO BRASIL: A LACUNA DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA O ENSINO DE LÍNGUAS PARA CRIANÇAS

HELENA DOS SANTOS KIELING<sup>1</sup>; RAFAEL VETROMILLE-CASTRO<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – [kieling.helena@gmail.com](mailto:kieling.helena@gmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – [vetromillecastro@gmail.com](mailto:vetromillecastro@gmail.com)

### 1. INTRODUÇÃO

Não há formação inicial que contemple a variedade de contextos com os quais o futuro professor possa vir a se deparar na sua vida profissional. Porém, compreendendo um currículo como um “componente formador da realidade do sistema de educação no qual vivemos” (BROSSI *et al*, 2020. p.99), entendemos que este deve buscar lançar um olhar sobre a educação contemporânea. Neste sentido, a oferta do ensino de Língua Inglesa para Crianças (LIC) nos anos iniciais do Ensino Fundamental cresceu significativamente (RUBBO, 2016; TONELLI e CHAGURI, 2014, TANACA, 2017) e desperta interesse da sociedade como um todo, instituições públicas e privadas, mesmo que a obrigatoriedade da Língua Inglesa (doravante LI) seja a partir do sexto ano (BRASIL, 2017). Acreditamos que a LI seja relevante como a língua da globalização, pois as distâncias têm sido diminuídas, bem como as fronteiras diluídas, possibilitando uma interligação intensa e imediata das vidas econômica e cultural de pessoas de todo o mundo com a comunicação desempenhando um papel fundamental neste processo (Kumaravadivelu, 2006). Defendemos, ainda, com base em Colombo e Consolo (2016), a ideia de que aprender uma LE no início da vida não significa dar início ao processo de preparação para vida adulta, mas garantir espaço social, permitir (con)viver, atuar e interagir em um mundo como parte integrante dele enquanto criança, além disso, a aprendizagem de uma segunda língua na infância também permite uma formação mais integral no que diz respeito ao conhecimento e respeito a outras culturas e sociedades, bem como benefícios cognitivos conforme têm apontado estudos relacionados à Educação Linguística na infância (BROSSI *et al*, 2020).

Nossa realidade revela grande demanda por professores de inglês que atuem no ensino para crianças, seja em escolas de idiomas, escolas particulares ou na demanda crescente de escolas bilíngues (Português-Inglês); no entanto, não há formação específica que contemple essa necessidade. De um lado temos o curso de Pedagogia ou magistério, que preparam professores para atuação na educação infantil e que não contemplam o ensino de língua adicional ou oferecem formação metodológica e linguística e, de outro, os cursos de Letras, que seriam o *locus* ideal para tal formação, mas sua ênfase está na formação de docentes para atuar a partir dos anos finais do Ensino Fundamental, ou seja, pouco ou nenhum embasamento pedagógico para o ensino de crianças menores de 12 anos, Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental (TONELLI *et al*, 2013; PICANÇO, 2013).

### 2. METODOLOGIA

Até o momento, foi realizada revisão bibliográfica sobre as metodologias de ensino de línguas, metodologias ativas e ensino de línguas para crianças. Também, uma pesquisa sobre os currículos dos cursos de Letras a fim de mapear os que oferecem disciplina relacionada com ensino de línguas para crianças. Neste

momento, estamos realizando a análise de documentos oficiais que aferem o ensino de línguas estrangeiras/adicionais no Brasil como a Base Nacional Comum Curricular e as novas Diretrizes Curriculares para Educação Plurilíngue no Brasil, bem como a pesquisa para fomentar uma proposta de formação docente nos currículos dos cursos de Letras que irá contemplar a formação de professores através de metodologias ativas para o trabalho com crianças nos anos Iniciais do Ensino Fundamental.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente foram analisados os cursos de Letras da Região Sul em função de seu desempenho no último ENADE, região com maior percentual de cursos com conceito 4, o que pode-se concluir oferecem uma formação de alto nível aos alunos. De acordo com o Ministério da Educação tal exame avalia o rendimento dos alunos dos cursos de graduação, ingressantes e concluintes, em relação aos conteúdos programáticos dos cursos em que estão matriculados, sendo obrigatório para os alunos selecionados e condição indispensável para a emissão do histórico escolar. Dos treze cursos analisados com formação em Letras – habilitação em Inglês, apenas um tem na sua grade curricular, como disciplina complementar, ou seja, optativa, a abordagem do tema ensino de LIC, o que aponta uma grande lacuna na formação dos professores considerando a demanda social por profissionais que atuem no ensino com crianças. Em outra pesquisa mais recente, foi possível concluir que de 63 Instituições de Ensino Superior (IES) Federais, 10 ofereciam alguma proposta de disciplina que contemplassem a área de LIC e, abrangendo a pesquisa para também as IES estaduais, seriam ao todo 15 no Brasil. Ao chegar no mercado de trabalho, esses professores estão completamente despreparados para lidar com crianças, desconhecem o desenvolvimento infantil, as habilidades de cada idade e as mediações didáticas apropriadas para a sala de aula com crianças, acarretando, então, na inadequação e adaptação das práticas que seriam adequadas a outras faixas etárias, lidando com esses alunos de forma completamente equivocada.

Com relação aos documentos oficiais que pautam a Educação escolar básica nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a começar pela BNCC que inicia seu texto da seguinte forma: "A Base Nacional Comum Curricular é um documento de caráter normativo (...) visam a formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva (...) (BRASIL, 2017)". Na sequência o documento afirma que a BNCC serve como referência nacional para formulação dos currículos, bem como irá contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, como a formação de professores. Além disso, promove dez competências gerais durante a Educação Básica.

Até aqui, já pudemos observar algumas contradições estruturais, uma vez que o documento presa pela construção de uma sociedade justa e democrática, que prepara o aluno para o mundo do trabalho, mas relega aqueles alunos que não tem condições de pagar por um curso de inglês ou escola privada, ou seja, nenhum conhecimento da língua inglesa até o 6º ano do Ensino Fundamental, assim como sabemos dos benefícios sobre o conhecimento de uma segunda língua apresenta aos candidatos. O próprio documento estabelece que a aprendizagem da língua inglesa "contribui para a inserção dos sujeitos no mundo globalizado, inclusive no que concerne ao mundo do trabalho" (BRASIL, p. 246)

Além disso, exclui a possibilidade de uma política de formação de professores que dê conta da demanda existente no Brasil, que faria com que houvesse mais

estudos nessa área, retirando o ensino da Língua Inglesa de iniciativas quase que individuais de alguns professores e pesquisadores de 15 instituições no âmbito nacional.

Com relação às Diretrizes Curriculares para Educação Plurilíngue no Brasil, documento oficial ainda não homologado, pudemos perceber alguns pontos positivos como, por exemplo, a distinção entre escolas bilíngues e escolas com carga horária estendida na língua adicional, bem como escolas internacionais. Definição de carga horária mínima para os níveis da Educação Básica na instrução em língua adicional. No entanto, o documento decepcionou no que consiste nas propostas de formação de professores, pois propõe a criação de novas Licenciaturas para dar conta da questão da formação de professores para aulas de línguas para crianças. Consideramos essa decisão problemática, pois, conforme mencionamos anteriormente não há formação inicial que contemple a variedade de contextos com os quais o futuro professor possa vir a se deparar na sua vida profissional, no entanto, nos parece que a proposta de uma Pedagogia para Educação Bilíngue e Letras para Educação Bilíngue é tão insatisfatória quanto ao que já temos hoje em dia. Em nosso ponto de vista, o investimento deveria estar na oferta de disciplinas que contemplassem o Ensino de línguas para crianças nos cursos de Letras, que, em nossa concepção, seriam os profissionais melhor preparados para trabalhar com uma Educação Linguística no seu sentido mais amplo.

#### 4. CONCLUSÕES

Podemos concluir, até então, que há algumas iniciativas no Brasil de professores pesquisadores militando por políticas públicas que contemplem o tema da Educação Linguística para crianças no Brasil. No entanto, como um todo, tais iniciativas ainda representam uma pequena parcela das IES e, em muitas delas, ainda enquanto disciplinas optativas. Ainda que nem todos os alunos dos cursos de Letras optem por trabalhar com crianças, sabemos que visando uma formação inicial mais abrangente, é preciso que esta possibilidade esteja presente em disciplinas e/ou estágios. Ao enfatizar a necessidade de investir em formação de professores que contemple a demanda crescente da sociedade para profissionais da Letras que atuem com crianças, estamos inserindo como nossa responsabilidade muito mais do que ensinar uma língua adicional, mas sim a educação por meio da língua e, ao fazer isso, precisamos revisitar o que é aprender e o que é ensinar, algo que futuramente as metodologias ativas irão contemplar na nossa pesquisa.

#### 5. REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNC\\_C\\_20dez\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNC_C_20dez_site.pdf). Acesso em: 22 de dezembro de 2017.
- BROSSI, G. C.; FURIO, M.; TONELLI, J. R. A. Currículo e Formação de professores de inglês em duas universidades: questões e desdobramentos. **Reflexão e Ação**. Santa Cruz do Sul, v.28, n. 3, p. 96-112, set./dez, 2020.
- TONELLI, J. P.; CHAGURI, J. P. (Orgs.). **Ensino de línguas estrangeiras para crianças: o ensino e a formação em foco**. 2a ed. Curitiba: Appris, 2013.
- COLOMBO, C. S.; CONSOLO, D. A. **O ensino de Inglês como Língua Estrangeira para Crianças no Brasil: cenários e reflexões**. 1 ed. São Paulo: Cultura acadêmica, 2016.



KUMARAVADIVELU, B. A linguística aplicada na era da globalização. In: MOITA LOPES, L. P. **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006. Cap. 5, p.129-147.

ROCHA, C. H. **Provisões para ensinar LE no ensino fundamental de 1ª a 4ª séries: dos parâmetros oficiais e objetivos dos agentes**. 2006. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.

RUBBO, G. F. S. *Línguas estrangeiras nos primeiros anos do Ensino Fundamental: histórico, perspectivas e práticas*. 2016. Disponível em <[http://www.anpedsul2016.ufpr.br/wpcontent/uploads/2015/11/eixo10\\_GABRIELLAFRALETTI-DE-SOUZA-RUBBO.pdf](http://www.anpedsul2016.ufpr.br/wpcontent/uploads/2015/11/eixo10_GABRIELLAFRALETTI-DE-SOUZA-RUBBO.pdf)>.

TANACA, J. J. C. **Aprendizagem expansiva em espaços híbridos de formação continuada de professoras de inglês para crianças no Projeto Londrina Global**. 2017. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina.